

Intermunicipalismo

Por agora, estas comunidades só servem para concorrer aos fundos europeus

Problemas no funcionamento e enquadramento das CIM fazem com que haja 13 que quase não existem. A vontade de partilhar é decisiva

BRUNO SIMÕES
brunosimoes@negocios.pt
PAULO DUARTE Fotografia

Poucas competências, órgãos sem eleição directa e uma associação feita à força para permitir candidaturas aos fundos comunitários do QREN – são estas as principais críticas ao actual modelo de funcionamento das comunidades intermunicipais (CIM). A estas soma-se o reduzido financiamento. E como o incentivo para o associativismo é tão fraco, das actuais 23 comunidades só 10 trabalham de forma satisfatória, explica Ribau Esteves, autarca de Ilhavo e líder da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) – uma das CIM-piloto escolhidas pelo Governo para estudar o processo.

“As CIM que melhor funcionam actualmente, as mais recentes, são aquelas em que houve um histórico anterior de funcionamento”, nota Ribau Esteves. “A maior parte das actuais CIM foram criadas para poderem contrariar os fundos comunitários”, acrescenta. O Governo tem noção disso: “as competências atribuídas a estas associações acabaram por impor a adesão”. Quem não o fizesse podia ser “afastado da gestão dos fundos comunitários”, lê-se no Estudo-Piloto Comunidades Intermunicipais.

“É verdade que há poucos projectos e obras manuseados pelas CIM”, lamenta Ribau Esteves. Mas a CIRA faz muitas outras coisas: co-gere o programa Polis Ria de Aveiro, que representa investimentos de 97 milhões de euros, e gere o Plano Intermunicipal de Transportes de Aveiro.

A maior ciclovia do País
Alguns desses projectos ilustram

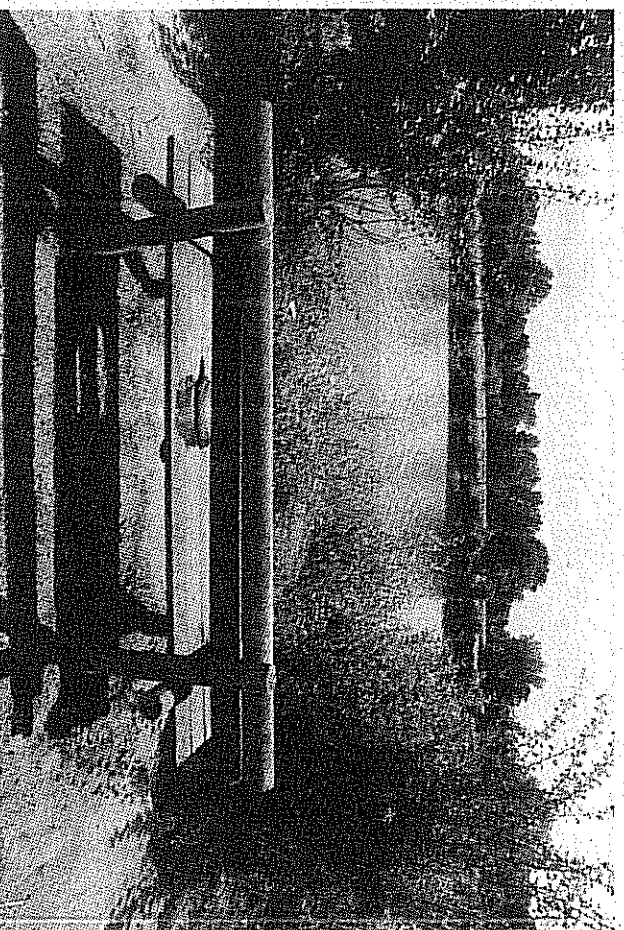
estas páginas. A requalificação do espaço público nas Pateiras de Frossos e de Fermentelos, na região de Aveiro, foi uma das acções prosseguidas pelo programa Polis Ria de Aveiro. Já a ciclovia do Dão – a maior do País – foi uma obra feita em conjunto entre Viseu, Tondela e Santa Comba Dão. Com 50 quilómetros e um custo de cinco milhões de euros, foi considerada exemplar. “É, sem dúvida, um projecto que serve de exemplo a futuras colaborações entre municípios”, congratulava-se, há três anos, o autarca de Viseu, Fernando Ruas.

O caso de Aveiro é bem sucedido porque “é uma região muito forte e politicamente coesa”. “É preciso ter tempo para fazer a coesão” da região. Talvez isso explique que só haja cinco CIM “na linha da frente”. Alto Minho (a outra CIM-piloto), Dão-Lafões, Oeste, Algarve e a CIRA. “Numa segunda linha estão outras cinco”, adianta Ribau Esteves.

No Vale do Ave, por exemplo, a associação de municípios local é criticada pelo vice-presidente da Câmara de Famalicão. “É um dos meus exemplos em termos de reduzida actividade”, atesta Paulo Cunha, que explica o processo de forma cronológica. “Primeiro tivemos as associações de municípios, que surgiram por necessidade de ganhar escala nas águas ou na gestão de resíduos”, depois, “caminhámos para as CIM, que surgiram por obrigação de concorrer aos fundos comunitários”.

A escala das CIM também são um entrave: como são planeadas com base na sub-divisão NUT III, por vezes agregam-se municípios com pouco em comum, lamenta Fernando Costa, autarca das Caldas da Rainha.

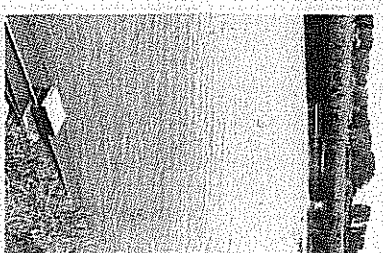
AINDA SÃO POUCOS OS PROJECTOS INTER



REQ
O cais de antiguidade de Fermentelos, no âmbito do programa Polis Ria de Aveiro, gerido pela CIRA. A intervenção foi feita para os

REQUALIFICAÇÃO DA PATEIRA DE FROSSOS

A comunidade intermunicipal da região de Aveiro conseguiu o apoio do programa Polis Ria de Aveiro na zona da pateira (charco) de Frossos, localizada no concelho de Albergaria-a-Velha. A intervenção teve como objectivo criar percursos pedestres e cicláveis e consequente beneficiação (com estruturas de apoio) e ainda pela promoção da pesca como actividade de lazer.



A maior parte das CIM foram criadas para poderem contrariar os fundos comunitários.

RIBAU ESTEVES
Autarca de Ilhavo

OBSTÁCULOS AO INTERMUN

- 1 Falta de financiamento adequado e competências atractivas
- 2 Perda de votos pela defesa do interesse do grupo de municípios

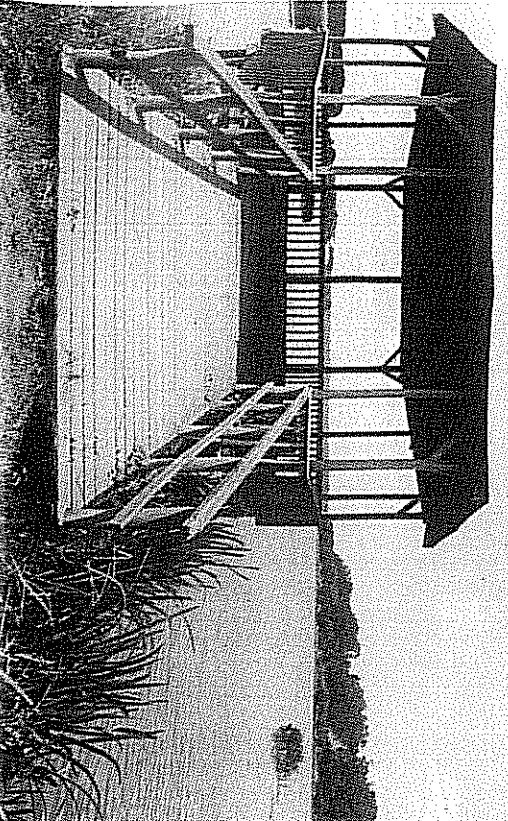
O financiamento actual das CIM não é considerado satisfatório para o trabalho que vai sendo prosseguido. As competências também são consideradas residuais pelos autarcas, que dizem que o que realmente interessa está nos municípios. No financiamento, Ribau Esteves diz que “há muito trabalho a fazer”. Actualmente, as CIM recebem uma percentagem do Orçamento do Estado e verbas das câmaras que as integram.

Os autarcas são eleitos para defender os interesses do seu município e, ao defenderem, por exemplo, investimentos noutra concelho estarão a faltar ao compromisso que assumiram com os seus eleitores. Autarcas como João Cepa, de Esposende entendem que o intermunicipalismo é uma forma de os presidentes de câmara perderem votos junto dos eleitores, que ainda associam o mandato à obra que é feita no município.

MUNICIPAIS

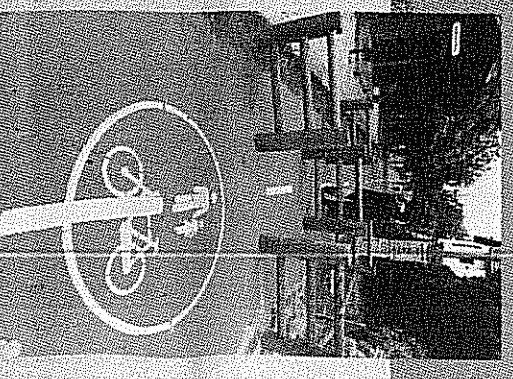
LIFIFICAÇÃO DA PATEIRA DE FERMENTELOS

agem (em baixo) foi um dos locais da Pateira que se beneficiou de uma requalificação no programa Polis Ria de Aveiro, que também é unidade Intermunicipal da Região de Aveiro. O local contemplou a criação de condições pular usufruir em destes recursos naturais.



A MAIOR CICLOVIA DO PAÍS

Superado o drama da perda do comboio, os municípios de Viseu, Tondela e Santa Comba Dão resolveram aproveitar o antigo canal ferroviário do Ramal do Dão (que levava o comboio até Viseu) para criar uma ciclovia – ou, como é comum dizer agora, ecopista. O traçado tem quase 50 quilómetros e custou cinco milhões de euros.



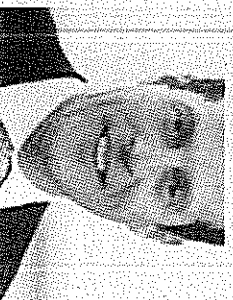
ICIPALISMO

3 Falta de eleição directa para os novos órgãos

4 Escala é exagerada e agrega muitos municípios distintos

A eleição directa dos presidentes das Comunidades Intermunicipais é uma exigência de vários autarcas, que entendem que só assim é possível legitimar estas estruturas e fazê-las ganhar poder na defesa das populações. Outro dos argumentos é também impedir que, nas CIM, as coligações partidárias sejam forçadas de bloqueio à concretização de projectos comuns. Mas também há quem defenda que eleição directa seria poder a mais para a estrutura.

As comunidades intermunicipais estão, basicamente, formadas com base em critérios territoriais: integram-na os municípios que fazem parte da sub-divisão territorial NUT III. Em alguns casos, como na CIM do Oeste, os 12 municípios são demasiados. “A escala é exagerada, uniram-se 400 mil habitantes”, lamenta o autarca das Caldas da Rainha Fernando Costa. Pedro Pinto, de Paços de Ferreira, admite falta de identidade.



● **JOSÉ RIBAU ESTEVES**
PRESIDENTE DA CÂMARA DE LHAVO E DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO (CIRA)

PERGUNTAS A

“As CIM são, em regra, muito jovens”

As CIM passam um pouco ao lado dos municípios. Desenvolvem poucos projectos, não é?

As comunidades intermunicipais (CIM) são episódios institucionais, em regra, muito jovens. Algumas das que existem actualmente tinham antecessoras. Essa circunstância faz com que aquelas com actividade mais intensa, as gestoras de mais projectos, e com coesão política mais forte e um quadro de funcionários mais alargado, sejam as que tinham histórico anterior. As CIM foram criadas de acordo com as obrigações legais para termos o máximo par-

tido dos fundos comunitários, para podermos contrahualizar, e isso demonstra bem dessa juventude, dessa inatuidade das CIM. É bom que tenhamos consciência deste quadro histórico que faz com que seja verdade que tenha havido poucos projectos.

Na sua CIRA, que projectos tem em mãos?

Vários. A CIRA manuseia hoje importantes projectos de desenvolvimento regional. É a gestora do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes de Aveiro, faz a co-gestão do programa Polis Li-

toral da Ria de Aveiro – sendo um sócio formal do Ministério do Ambiente, gere um quadro de projectos que vale 97 milhões de euros.

Qual é o desempenho das restantes CIM?

São muito poucas – as que existem são no por força do aproveitamento dos fundos comunitários. A CIRA é uma região muito forte, e coesa, politicamente. E é preciso ter tempo para fazer essa coesão.

Defende uma eleição directa?

Se a dimensão das novas competências for grande, faz sentido.

Primeira Linha

INTERMUNICIPALISMO

Governo rejeita eleições directas para associações de municípios

O Governo quer reforçar o financiamento e as competências das comunidades intermunicipais (CIM), mas não cederá numa das principais pretensões dos autarcas: as eleições não vão ocorrer de forma directa. Valtar uma alteração no modelo de governação destas estruturas, que prevê o desaparecimento das assembleias metropolitanas e intermunicipais, mas o órgão executivo continua a contar com os autarcas. Para o presidente da Câmara de Oeiras, Isaltino Morais, o escrutínio é essencial: “sem eleição directa, nunca sairemos da cepa torta”.

“O nível intermunicipal é o nível certo da administração onde determinado exercício de serviço público pode ser feito com menos gasto” por parte das autarquias, explica Paulo Júlio, secretário de Estado da Administração Local. Mas o tema da eleição directa não chega a sê-lo. “Não é tema simplesmente”, até porque “as CIM e as Áreas Metropolitanas (AM) terão força, evidentemente, mexendo no modelo actual de governação”, mas “não podem ser executivos de um lado e executivos do outro”.

O modelo de governação – que agora consiste num conselho directivo formado pelos autarcas e numa assembleia intermunicipal ou metropolitana – será alterado. “Provavelmente, o actual conselho directivo vai ser transformado num conselho metropolitano ou intermunicipal, formado pelos presidentes de câmaras”, e as assembleias “deixam de existir”, passando a haver “um secretariado executivo de eleição indirecta”.

Sem sair da cepa torta

Vários autarcas têm um entendimento distinto. “Aqui, o grande salto seriam as eleições directas. Não haverem do órgãos eleitos directamente, não se vislumbra qualquer reforço de poder nas CIM nem nas AM”, critica o Isaltino Morais. “Um autarca defende em primeiro lugar os interesses da sua população. Sem eleição directa pelo povo, nunca sairemos da cepa torta”, destaca Macário Correia, autarca de Faro, defende este tipo de eleição, bem como Carlos Humberto Teixeira, presidente da Junta Metropolitana da Lisboa: “era essencial para legitimar o órgão e, sem ela, há um vazio de poder num patamar que nem é municipal nem do Estado”.

Ribeau Esteves, autarca de Ilhavo, defende um escrutínio directo para este órgão, mas apenas se “a dimensão das competências a trans-

AS ACTUAIS COMPETÊNCIAS

O QUE FAZEM AS COMUNIDADES
E O QUE PODEM VIR A FAZER

CONTRATUALIZAÇÃO DE FUNDOS DO QREN

Foi esta a principal razão que levou os municípios a associar-se em comunidades intermunicipais: se não o fizessem não se poderiam candidatar aos fundos comunitários por não respeitarem a escala exigida por Bruxelas.

ARTICULAÇÃO NOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

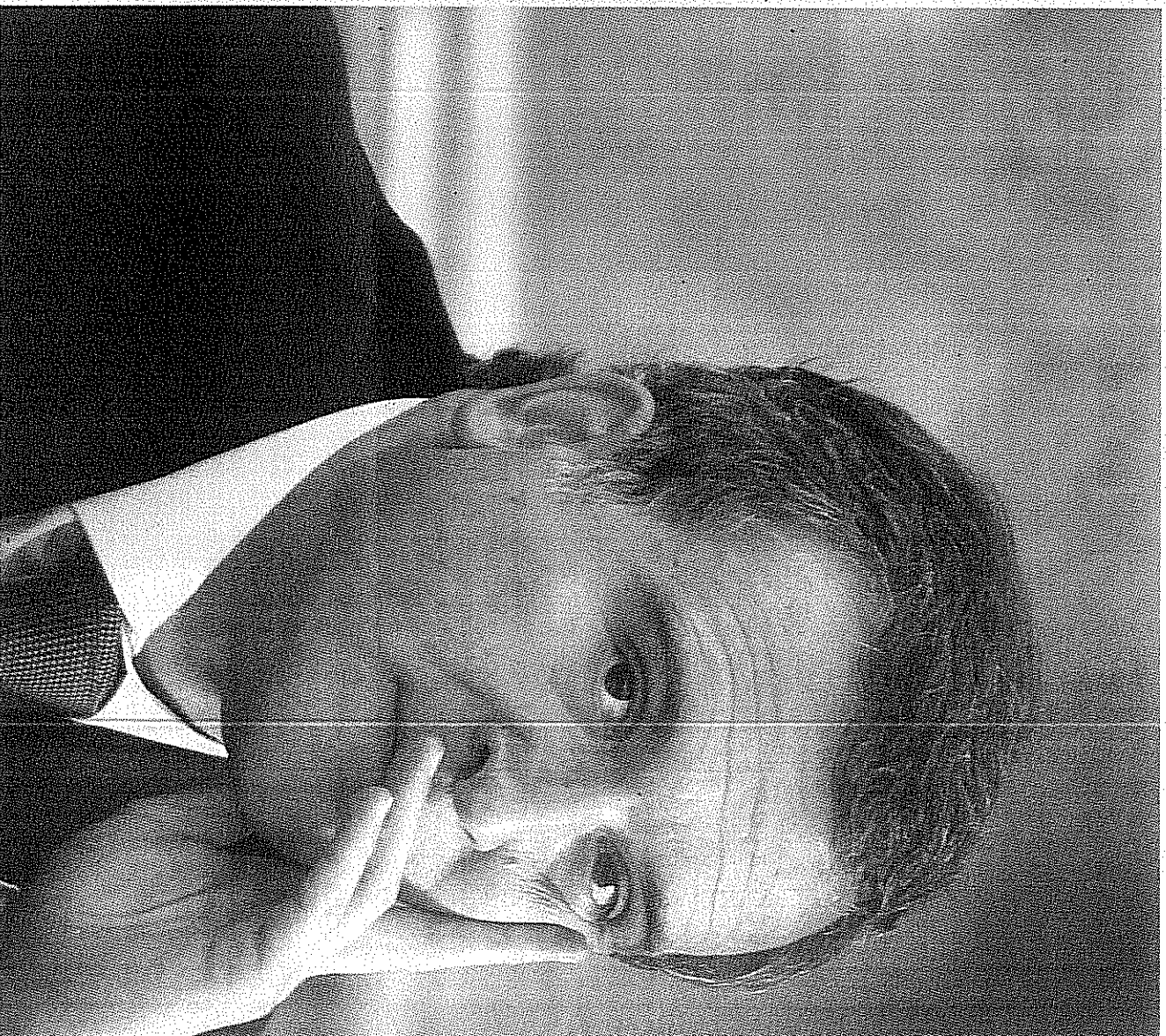
As CIM podem articular a actuação dos municípios com a Administração Central em áreas como a distribuição de água ou gestão de resíduos. Actualmente há empresas intermunicipais que o fazem, e o Governo estuda transferir a sua gestão para as CIM.

DESENVOLVIMENTO LOCAL E PROMOÇÃO DA ECONOMIA

A maioria das CIM trabalha neste domínio, executando projectos ligados à valorização dos locais em que se inserem. Projectos que vão desde o turismo à promoção de novas tecnologias, passando pelo planeamento de parques industriais. Os canis podem passar para as CIM.

feir for grande”. O Governo não quer a regionalização e, para Isaltino Morais, este reforço do intermunicipalismo mais não é que um “simulacro” dessa divisão política.

O Executivo ainda não definiu as competências a delegar nestas estruturas. Em cima da mesa está a gestão de serviços de resíduos e águas, de equipamentos desportivos e, por exemplo, a gestão dos transportes escolares por parte das CIM. Já o novo modelo de financiamento ainda está “inacabado”, explica Ribeiro Esteves. Paulo Júlio diz que “não vai haver mais dinheiro”, mas admite que secrete de um lado – municípios – para colocar noutro – CIM e AM.



Projecto dos municípios de Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão quer ser mais ambicioso que a sua própria CIM

Quadrilátero une câmaras min

BRUNO SIMÕES
brunosimoes@negocios.pt

A legislação prevê 23 comunidades intermunicipais (CIM) de fins gerais, que são designadas com base nas “adindades” das nomenclaturas de unidade territorial (NUT) III. Isso leva a que haja vários municípios numa mesma CIM com pouco a identificar. No Minho, o Quadrilátero junta quatro autarquias do Vale do Ave com muito a uni-los.

Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão querem aproximar a proximidade geográfica para desenvolverem projectos do interesse de todos.

O Quadrilátero é uma associação de municípios de fins específicos que pretende incentivar o desenvolvimento destes quatro concelhos em áreas primordiais como o “turismo, a cultura, as novas tecnologias e mobilidade”. Paulo Cunha, vice-presidente da Câmara de Vila